



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 059/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025

O Município de Albertina, com endereço na Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro, CEP 37596-000, CNPJ 17.912.015/0001-29, isento de inscrição estadual, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Felipe Teodoro Sanches**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº **013/2025**, processo administrativo nº **059/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARLOS ROBERTO DO COUTO 06042137603** inscrita no CNPJ **20.525.529/0001-36** com sede no endereço RUA LUIS FERRARI, número 790 bairro CENTRO, cidade ALBERTINA/MG, CEP 37.596-000, neste ato representado por: **CARLOS ROBERTO DO COUTO**, portador do CPF [REDACTED] nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 1.721/23, Decreto Municipal nº 1.818/2024, e Decreto Municipal nº 1.820/2024 em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. A presente Ata de Registro/Termo de Compromisso tem por objeto **Sistema de Sistema de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, com recursos do FNDE/PNAE, para à Secretaria de Educação e, aquisição de gêneros alimentícios, com recursos próprios para às secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Albertina/MG.**, conforme especificações do Anexo I que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro/Termo de Compromisso.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições de Execução

2.1. O fornecimento deverá ser efetuado por cota variável, mediante autorização de fornecimento emitida pela Administração Pública.

2.2. O objeto da licitação constante deste edital deverá ser entregue conforme indicado na ordem de fornecimento enviada pelo setor de compras, no horário das 8:00 as 11:00 e das 12:00 as 16:00, sendo o custo com a entrega suportado integralmente pela Contratada, após a emissão da ordem de fornecimento.

2.3. O produto deverá ser entregue no “**prazo máximo de 5 (cinco) dias**” ao órgão requisitante, a contar do recebimento da respectiva ordem de fornecimento, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades sobre inadimplemento previstas no Edital e no presente contrato.

2.4. A presente Ata de Registro/termo de compromisso não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela CONTRATADA, sem autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

2.5. Para atender a seus interesses, o CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



2.6. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.7. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer indenização ou reparação por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa da mesma, seus empregados e/ou representantes, decorrentes do fornecimento.

2.8. Toda a documentação apresentada no instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

2.9. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas à Administração e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Setor Competente para Re却bimento e Fiscalização

3.1. A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto contratado será conforme portaria Nº6.840 de 30 de janeiro de 2025, do CONTRATANTE, observados os artigos 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.1.1. O responsável pela **Gestão de Contratos** conforme portaria Nº 6.768 de 03 de janeiro de 2025, atuará como gestor da execução do objeto contratual.

3.1.2. Após a conferência realizada pela Secretaria **requisitante juntamente com o Fiscal de Contratos**, averiguando a qualidade da execução contratual, a mesma após inspeção, encaminhara a nota fiscal ao setor contábil e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

3.1.3. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela área competente.

3.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber o produto em desacordo com o previsto neste ajuste, podendo rescindir-lo, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

4.1. **Fica ajustado o valor total da presente Ata de Registro/Termo de Compromisso em R\$ 291.008,00 (duzentos e noventa e um mil e oito reais), aos itens abaixo:**

| Item | Código | Descrição/Especificação | UN | Marca/Modelo | Quantidade | Unitário | Total |
|------|--------|--|----|--------------|------------|----------|--------|
| 8 | 25562 | ADOCANTE - dietético, líquido, tipo artificial, acondicionado em recipiente conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS. Com identificação do conteúdo 100 ml. O produto deverá estar produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de | UN | assugnir | 167,0000 | 4,0000 | 668,00 |



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



| validade e quantidade | | | | | | | |
|-----------------------|-------|---|----|--------------------|------------|---------|-----------|
| | | | | | | | |
| 12 | 10574 | ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS GARRAFA - Acondicionada em garrafa de 500 ml, com tampa e lacrada, embalagem prática para consumo imediato, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 06 (SEIS) meses | UN | saudade | 400,0000 | 1,2300 | 492,00 |
| 24 | 27769 | BAGUETE RECHEADA - Características mínimas: Produto alimentício composto por pão tipo baguete (elaborado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento biológico e melhoradores permitidos pela legislação vigente), com peso aproximado de 130g a 150g por unidade, recheado com ingredientes de primeira qualidade. Recheio composto por combinação de frios (ex: presunto ou peito de peru) e queijo (muçarela ou similar), podendo conter complementos como tomate, alface higienizada e maionese, acondicionados de forma higiênica e segura. O produto deve apresentar sabor fresco, coloração característica dos ingredientes utilizados e odor agradável, livre de odores estranhos. | KG | fabricação propria | 150,0000 | 59,0000 | 8.850,00 |
| 55 | 25544 | BOLO TIPO PÃO DE LO - PRODUTO CASEIRO - Características mínimas: Bolo tipo pão de lo, composto de farinha de trigo enriquecida de ácido fólico e ferro, fécula, fermento químico, açúcar, ovo integral pasteurizado e óleo vegetal, poderá conter leite, soro de leite e outras substâncias alimentícias que o caracterizem. Tamanho mínimo de 40cm e máximo de 65 cm. Embalado individualmente, acondicionando em sacos de polipropileno atóxico, a embalagem secundária deverá ser em caixa de papelão reforçada, adequada ao empilhamento. Validade mínima de 5 meses a partir da data de entrega da nota fiscal. TAMANHO MÍNIMO DE 40 CM E MÁXIMO DE 65 CM - | KG | fabricação propria | 670,0000 | 55,0000 | 36.850,00 |
| 147 | 15303 | MORTADELA - Mortadela; transportada e conservada em temperatura até 8°C, composta de carne mecanicamente separada de ave, água, carne suína, gordura, carne ave; amido, proteína de soja, sal, soro de leite, especiarias, aromas, corante e outros ingredientes; apresentando no máximo 65% de umidade; de primeira qualidade; isenta de sujidades e outras substâncias estranhas, com validade mínima de 48 dias na data da entrega; acondicionada em filme plástico, atóxico, peça única; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pela ANVISA. | KG | confiança | 384,0000 | 18,5000 | 7.104,00 |
| 153 | 23449 | PÃO CASEIRO PEQUENO - COM APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS CADA UNIDADE, COM FABRICAÇÃO CASEIRA | KG | fabricação propria | 1.750,0000 | 30,0000 | 52.500,00 |
| 156 | 11226 | PÃO DE LEITE DOCE COM COBERTURA DE CREME DE OVOS E COCO RALADO - COM PESO DE APROXIMADAMENTE 100 GRAMAS CADA UNIDADE, COM FABRICAÇÃO CASEIRA | KG | fabricação propria | 420,0000 | 54,0000 | 22.680,00 |
| 157 | 20186 | PÃO DE QUEIJO PRONTO PARA SERVIR, | CT | fabricação | 1.180,0000 | 83,0000 | 97.940,00 |



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



| | | | | | | | |
|-----|-------|---|----|---------|------------|---------|-----------|
| | | TIPO COQUETEL, DE NO MÍNIMO 42 GRAMAS CADA UNIDADE. - Pao de Queijo; Pronto para Servir, Tipo Coquetel; Composto de Agua, Fecula de Mandioca, Polvilho, Ovo Pasteurizado, Oleo de Soja; Margarina, Queijo, Sal, Leite Em Po, Soro de Leite, Aromatizante e Outros Ingredientes Permitidos; Pesando no mínimo 42 gramas cada Unidade; Transportado e Conservado Em Temperatura Ambiente; Com Validade Minima de 6 Horas Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 263/05 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; | | propria | | | |
| 165 | 15301 | PRESUNTO - Presunto sem capa de gordura, transportado e conservado em temperatura ate 8°C. Embalagem original, deve ser a vacuo em saco plastico transparente e atoxico, limpo, nao violado, resistente, que garanta a integridade do produto ate o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas, devera conter externamente os dados de identificacao, procedencia, informacoes nutricionais, numero de lote, quantidade do produto, numero do registro no Ministerio da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeciao do Servico de Inspecao Federal - SIF ou Instituto Mineiro Agropecuario - IMA. Devera astender as especificacoes tecnicas da portaria nº369 de 04/09/1997 do Ministerio da Agricultura e do abastecimento e do Regulamento da Inspecao Industrial e Sanitaria de produtos de origem animal.Validade minima de 120 dias a partir da data da entrega. | KG | rezende | 518,0000 | 36,0000 | 18.648,00 |
| 167 | 15278 | QUEIJO TIPO MUSSARELA - Queijo tipo mussarela, com leite, transportado e conservado em temperatura ate 8°C. Produto proprio para o consumo humano e em conformidade com a legislacao sanitaria em vigor. Apresentacao em barra, acondicionada em embalagem plastica apropriada, transparente, limpa, resistente e inviolavel. A embalagem original devera ser a vacuo e conter externamente os dados de identificacao, procedencia, informacoes nutricionais, numero do lote, data de validade, quantidade de produto, numero do registro no Ministerio da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspecao do Servico de Inspecao Federal - SIF ou Instituto Mineiro de Agropecuaria - IMA e atender as especificacoes tecnicas da ANVISA. Validade minima de 90 dias a partir da data de entrega. | KG | vaca | 518,0000 | 55,0000 | 28.490,00 |
| 170 | 25586 | REFRIGERANTE A BASE DE EXTRATO DE GUARANÁ - COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANÁ, ÁGUA GASEIFICADA,AÇÚCAR, SENDO PERMITIDO 0,02 G A 0,2 G DE EXTRATO DE SEMEDE DE GUARANÁ, ISENTO DE CORANTESARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, | UN | frutuba | 3.815,0000 | 4,4000 | 16.786,00 |



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | ACONDICIONADO EM GARRAFAS "PET" COM TAMPA DEROSSA, DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) APARTIR DA DATA DE ENTREGA DE ACORDO LEI FEDERAL NO 8.918/94, CONTENDO 2 LITROS. | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

4.2. Os pagamentos serão efetuados pelo Setor de Finanças, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em 15 (quinze) dias úteis.

4.2.1. A empresa CONTRATADA deverá na Nota Fiscal ou Fatura, no campo observações colocar as informações de ordem bancária, para crédito em banco, número do banco, número da agência e número da conta corrente no CNPJ e nome da empresa CONTRATADA.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.4. Em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal 1.721, de 05 de setembro de 2023, fica dada ciência às licitantes que as retenções do Imposto sobre a Renda - IR na fonte serão realizadas imediatamente sobre os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas, pela prestação de serviços em geral, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados às pessoas ou serviços elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

4.5. Caso a empresa enquadre-se no rol constante no art. 4º da IN RGB nº 1.234, deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, para evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

4.6. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

4.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DO Reequilíbrio Econômico-financeiro

Os preços dos produtos serão fixos e irreajustáveis, de acordo com a Lei nº 8.880/94 e legislação subsequente e no Decreto nº 2.271/97 e demais normas aplicáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, exceto:

§ 1º - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente para a justa remuneração da



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



execução do objeto poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial da ata de registro de preços.

§ 2º. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

§ 3º. Na hipótese de a Empresa registrada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

§ 4º. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Empresa registrada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Prefeitura Municipal de Albertina.

§ 5º. Fica facultado à Administração realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa registrada.

§ 6º. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da Administração, porém contemplará a execução do objeto realizado a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Albertina/MG.

§ 7º. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa registrada não poderá suspender a execução do objeto e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

§ 8º. A administração deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e obedecida à ordem de classificação dos produtos registrados a AF (autorização de fornecimento) para a geração da nota de empenho para fim de contratação que será juntada aos autos.

§ 9º. O novo preço só terá validade, após parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento do objeto a data de início de vigência colocada no Termo Aditivo e Publicação.

§ 10º. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Empresa registrada e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela empresa registrada, serão sempre mantidos.

§ 11º. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à empresa registrada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

§ 12º. A periodicidade prevista nesta cláusula poderá ser reduzida por legislação superveniente.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

6.1. A presente ata de registro de preços/termo de compromisso será executada sob o regime de execução indireta, entrando em vigor na data de **30/07/2025** com validade de 12 (doze) meses desta.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Dotação Orçamentária

6.1. A despesa decorrente deste contrato correrá pela dotação orçamentária:

| FIXA | DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA | FONTE |
|------|---------------------------------------|----------|
| 106 | 02.02.03-3390.30.00-13.392.5018-4.024 | 1.500.99 |
| 319 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.067 | 1.500.95 |
| 319 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.067 | 1.621.99 |
| 319 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.067 | 2.621.99 |
| 327 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.072 | 1.500.95 |
| 327 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.072 | 1.600.99 |
| 327 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5014-4.072 | 2.621.99 |
| 342 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.072 | 1.500.95 |
| 342 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.072 | 1.621.99 |
| 342 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.072 | 2.600.01 |
| 342 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.072 | 2.600.10 |
| 342 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.072 | 2.600.52 |
| 353 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.074 | 1.500.95 |
| 353 | 02.04.02-3390.30.00-10.301.5039-4.074 | 2.600.04 |
| 391 | 02.04.02-3390.30.00-10.304.5040-4.078 | 1.500.95 |
| 391 | 02.04.02-3390.30.00-10.304.5040-4.078 | 1.600.41 |
| 391 | 02.04.02-3390.30.00-10.304.5040-4.078 | 1.621.99 |
| 391 | 02.04.02-3390.30.00-10.304.5040-4.078 | 2.600.41 |
| 398 | 02.04.02-3390.30.00-10.305.5041-4.079 | 1.500.95 |
| 398 | 02.04.02-3390.30.00-10.305.5041-4.079 | 1.600.42 |
| 398 | 02.04.02-3390.30.00-10.305.5041-4.079 | 1.621.99 |
| 398 | 02.04.02-3390.30.00-10.305.5041-4.079 | 2.600.42 |
| 447 | 02.05.01-3390.30.00-08.244.5044-4.089 | 1.500.99 |
| 447 | 02.05.01-3390.30.00-08.244.5044-4.089 | 1.660.02 |
| 447 | 02.05.01-3390.30.00-08.244.5044-4.089 | 1.660.18 |
| 273 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5054-4.063 | 1.500.94 |
| 273 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5054-4.063 | 1.550.99 |
| 291 | 02.03.03-3390.30.00-12.365.5032-4.064 | 1.500.94 |
| 291 | 02.03.03-3390.30.00-12.365.5032-4.064 | 1.569.99 |
| 56 | 02.02.01-3390.30.00-04.122.5014-4.012 | 1.500.99 |
| 80 | 02.02.02-3390.30.00-04.122.5014-4.019 | 1.500.99 |
| 87 | 02.02.02-3390.30.00-04.129.5014-4.020 | 1.500.99 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 1.500.99 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 1.701.99 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 1.706.00 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 1.755.99 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 2.500.99 |
| 173 | 02.02.05-4490.52.00-04.122.5014-3.001 | 2.706.00 |
| 131 | 02.02.03-3390.30.00-27.812.5019-4.030 | 1.500.99 |
| 151 | 02.02.04-3390.30.00-18.541.5021-4.036 | 1.501.99 |
| 267 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5036-4.062 | 1.500.99 |
| 267 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5036-4.062 | 1.550.99 |
| 267 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5036-4.062 | 1.552.99 |
| 267 | 02.03.02-3390.30.00-12.361.5036-4.062 | 2.550.99 |

CLÁUSULA OITAVA - Das obrigações das Partes

8.1. São obrigações das partes:



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



8.1.1. Do CONTRATANTE:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8.1.2. Da CONTRATADA:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou produtos causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligéncia, imprudênciia ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mq.gov.br



m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

CLÁUSULA NONA - Das infrações administrativas e sanções:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 15% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão

10.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos direitos da administração em caso de rescisão

Nos casos de rescisão previstos nesta ata de registro de preços, a Administração adotará as seguintes providências:

- I - Assunção imediata do objeto da ata de registro de preços, no estado e local que se encontrar;
- II - Retenção dos créditos decorrentes da ata de registro de preços, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Da vinculação

12.1. O teor do Edital e seus anexos, na modalidade Pregão Presencial em epígrafe e a proposta da empresa registrada são partes integrantes desta Ata de registro de preços.

12.2. Para utilização deste termo de compromisso as unidades CONTRATANTES deverão encaminhar a CONTRATADA, obedecida à ordem de classificação dos produtos registrados a AF (autorização de fornecimento) para a geração da nota de empenho para fim de contratação que será juntada aos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Publicação

13.1. O extrato da presente ata de registro de preços/termo de compromisso será publicado no Órgão Oficial do Município, o “DOM”, por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Jacutinga** para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução da presente ata de registro de preços/termo de compromisso.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29

Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Albertina, 23 de Julho de 2025.

MUNICÍPIO DE ALBERTINA

Felipe Teodoro Sanches

Prefeito Municipal.

CARLOS ROBERTO DO COUTO 06042137603

CNPJ 20.525.529/0001-36

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- Andressa Opúsculo Tenório
CPF nº 130. ****. ***- 50

2 – Regiane Mianti de Lima
CPF nº 030. ***. ***- 46

EM ATENDIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, [LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#), ATA/CONTRATO E DOCUMENTOS DEVIDAMENTE ASSINADO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALBERTINA, RUA LUIZ OPUSCULO, 290 – CENTRO.